

Pacto político une Santillo e Luiz Henrique

Da Sucursal

Goiania — O líder do PMDB no Congresso, deputado Luiz Henrique, veio ontem à Goiania para um encontro com o governador Henrique Santillo, a fim de dar continuidade à proposta feita pelo governador de Goiás de um novo pacto político para a finalização da transição democrática e que foi atropelada pela convenção nacional do partido.

Assinalou Luiz Henrique que o governador Henrique Santillo "é um homem de grande poder de articulação política, e por isso mesmo tem sido sempre consultado pela direção do PMDB na orientação das diretrizes básicas da negociação".

Garantiu que a proposta do governador goiano está na ordem do dia do partido, "justamente porque a finalização da transição democrática e a instituição de um regime democrático estável exigem uma pactuação, um entendimento. E isso nós estamos fazendo diariamente na Assembleia Nacional Constituinte, no sentido de fazermos uma Constituição que seja a síntese dos anseios nacionais, refletidos pelos diversos partidos que têm assento naquela casa".

MUDANÇAS

Destacou o líder Luiz Henrique que "as bases desse entendimento serão fundamentalmente as mudanças. O povo brasileiro,

seja nas eleições de 86, seja no processo que antecedeu essas eleições, entendeu que deve haver uma mudança política, econômica e social no Brasil. E preciso que a Constituição reflita isso. É necessário que ela reflita isso de modo a sintetizar os anseios da população, ouvindo todos os segmentos sociais. E é isso que nós estamos fazendo, hoje, (ontem), aqui em Goiania".

Questionado se o PMDB tem condições de sustentar temas polêmicos como sistema de governo e duração de mandato presidencial o líder Luiz Henrique disse que esse assunto interessa diretamente aos constituintes e ao Governo. "Essa é uma negociação que se fará essencialmente entre senadores, deputados, governadores, ministros e o Presidente da República".

Informou aos repórteres, na entrevista que concedeu, logo após o encontro com o governador Henrique Santillo, que hoje, entre os constituintes, a tendência "fortíssima" é pelo sistema parlamentarista misto, com mandato de 5 anos.

Para o encontro com o governador Henrique Santillo, o líder Luiz Henrique veio acompanhado do deputado Genezaldo Correa, presidente do PMDB da Bahia, deputado Fernando Cunha, coordenador da bancada de Goiás na Câmara, Luiz Sover, membro da mesa da Constituinte e dos deputados Maguito Viçela e Naphtali Alves, vice-líder do PMDB.

PMDB vai atualizar o seu programa

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, prometeu ontem ao deputado Oswaldo Macedo designar uma comissão nacional, através da executiva nacional do partido, para que promova um grande debate com as bases partidárias para atualizar o programa e os estatutos do partido. O deputado Oswaldo Macedo comprometeu-se com Ulysses a formalizar sua proposta à direção nacional do PMDB na próxima semana.

O parlamentar paraense acha que, em matéria de mudança dos estatutos partidários, a inovação será introduzir um artigo contra o domínio da legenda por grupos caciquistas, prevendo a realização de eleições primárias, junto às bases do PMDB, para eleição prévia de candidatos a governadores, vereadores e prefeitos. Ele já havia conseguido aprovar moção na última convenção nacional sobre prefeitos, dispondo-se a acrescentar governadores e vereadores por sugestão do deputado Euclides Scalco.

NOVO PROGRAMA

O deputado Oswaldo Macedo explicou que a ideia é fazer com que a executiva nacional designe uma comissão nacional para coordenar o debate junto às bases partidárias sobre a reforma do programa e dos estatutos do PMDB, de forma a atualizá-los, argumentando que estes documentos foram preparados quando o partido combatia a ditadura.

A proposta de novo programa será publicada seis meses antes da convenção nacional que se realizará no próximo ano, convocada com o único objetivo de aprovar novos programas e estatutos do partido. "Queremos elaborar esse programa reformista com base na história da PMDB; inspirando-nos nos documentos lançados pelo partido ao longo dos tempos", disse.

O documento-base será submetido a uma grande discussão nas bases partidárias entre os militantes do partido espalhados por todos os diretórios regional e municipais. Com as contribuições das bases, a comissão nacional coordenará a redação das propostas de novo programa e novos estatutos a serem submetidos à convenção nacional no próximo ano.

Oswaldo Macedo conseguiu aprovar moção na convenção nacional do PMDB, recentemente realizada, estabelecendo que os candidatos a prefeitos terão que ser escolhidos através de um processo semelhante ao das eleições primárias que escolhem candidatos a Presidente da República no Partido Republicano ou no Democrata nos Estados Unidos.

Sua ideia era evitar que companheiros qualificados como o deputado mineiro Pimenta da Veiga, que está sendo hostilizado pelo governador de seu Estado, não possam ser candidatos a prefeitos de capitais no próximo ano. Depois de sugestão do deputado Euclides Scalco, 1.º secretário da executiva nacional do PMDB, ele vai apresentar sugestão de dispositivo estatutário, estendendo primárias também para escolha dos candidatos a governadores e senadores do partido.

Planalto não comenta ação de Brizola

"O Governo somente se pronunciará sobre o assunto quando, chegar ao Palácio do Planalto comunicação do Supremo Tribunal Federal — STF — dando prazo para o presidente José Sarney defender-se do processo". Foi esta a resposta do porta-voz da Presidência da República, jornalista Frota Neto, sobre a decisão do STF dando prazo de 48 horas para que o presidente José Sarney se defenda das acusações contidas no processo instaurado pelo ex-governador Leonel Brizola.

No processo, em tramitação no STF, Brizola interpelou Sarney que teria acusado o presidente do PDT de ser o responsável pelo atentado de que foi vítima, em junho, no Rio.

VIAGEM

O presidente José Sarney comunicou ontem ao Congresso Nacional a sua viagem ao México, entre os dias 16 e 19, quando manteve encontros com o presidente mexicano, Miguel de La Madrid, visando aumentar as relações entre os dois países. Na ida, o presidente Sarney deve fazer uma escala em Trinidad e Tobago, onde se encontrará com o primeiro-ministro Arthur Robinson.

O presidente Sarney considera de "especial relevância" as relações entre o Brasil e o México. Ele destacou que o México tem "sido defensor tradicional de posições que favoreçam o desenvolvimento e a paz, em questões como o diálogo Norte-Sul e a do desenvolvimento".

FOTOS: GIVALDO BARBOSA



A alta sensibilidade do detector de metais provocou algumas revistas e quem não pôde entrar viu tudo pelo telão



Debate agrário sem briga

Tranquilidade geral em meio a radicalismo e vaias

O debate sobre reforma agrária, o primeiro a atrair considerável número de pessoas às galerias, começou com poucos constituintes no plenário. O primeiro orador, Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), chegou a lembrar que há vinte e cinco anos, quando ele, um jovem deputado, subia àquela mesma tribuna para falar sobre o mesmo tema, a platéia também era pequena, embora "mais atenta e não deseducada por vinte anos de ditadura".

Plínio lembrou que neste quarto de século que separa o seu pronunciamento de então do feito ontem, o País nada avançou em termos de reforma agrária. "Naquele tempo já dizíamos que era fundamental uma reforma na estrutura fundiária. Os contários à reforma agrária diziam que bastava uma política agrícola consequente. Nós perdemos e as propostas do que não queriam reforma agrária foram integralmente aplicadas".

Plínio acredita que se não for possível modificar o atual projeto de Constituição no que diz respeito à reforma agrária, ela mal uma vez será frustrada. Ele lembrou que o PT e diversas entidades civis, respeitadas por centenas de milhares de assinaturas, estão propondo uma emenda de 17 pontos relativos à reforma agrária.

"Estamos dispostos a negociar", anunciou Plínio, ressaltando, porém, que há pontos negociáveis, como a imissão imediata da posse. O orador seguinte, Benedito Monteiro (PMDB-PA), também considerou fundamental a imissão de posse imediata e destacou a necessidade de que os tamanhos máximos dos módulos rurais sejam dimensionados na Constituição.

O primeiro a criticar abertamente a proposta de reforma agrária defendida pelas esquerdas foi o terceiro orador, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), muito vaiado pelas galerias. "A esquerda cavalga a reforma agrária no sentido de ferir de morte o direito de propriedade", disse o deputado petebista.

Jefferson chamou o discurso de Plínio de "saudosista" e "mórbido", por ele haver citado o número de mortos em conflitos de terra em 64 e no ano passado. Jefferson recebeu um único apoio explícito, através do aparte do seu colega de bancada José Egreja (PTB-SP). Egreja responsabilizou a "radicalização" das esquerdas pela impossibilidade de uma negociação na comissão que tratou da reforma agrária.

"Os que têm fome consideram a fome negociável. O que não se pode entender é que, no outro extremo, se coloque a posse da terra como negociável". A defesa da tese de Plínio partiu do senador Severo Gomes (PMDB-SP), num discurso muito aplaudido, onde citou o atual texto do projeto — "ele invariavelmente a reforma agrária" — e propôs áreas mínimas para as propriedades rurais.

Severo Gomes acredita que não devem ser desapropriadas terras com menos de cem hectares nas re-

giões Sul e Sudeste, menos de 200 na região Nordeste, e até 300 hectares no Centro-Oeste e menos de 500 hectares na região Norte. "A reforma agrária deve ser feita de modo a não perturbar o setor agrícola, que tem cumprido sua tarefa e poderia, a curto prazo, acabar com o fome, se houvesse uma política voltada para isso", afirmou o senador.

A tese de que a maioria não discute, vota, foi mais uma vez confirmada na sessão de ontem. O grupo que aprovou o texto sobre política agrária que consta no anteprojeto do relator Bernardo Cabral e que desagradou a classe trabalhadora rural, enviou poucos representantes.

O deputado Aldo Arantes do PC do B também defendeu tese progressista e arancou aplausos das galerias, defendendo penalidades na forma de impostos progressivos para os latifúndios improdutivos. O deputado comunista assegurou ainda que a maior parte da produção agrária do País está nas mãos dos pequenos e médios produtores e não dos latifundiários, que só se beneficiam com a maior concentração de renda.

Aldo Arantes contestou também a tese de alguns deputados de que a reforma deve começar pelas terras devolutas. afirmou que dos 114 milhões de hectares pertencentes a União, mais da metade foi entregue a latifundiários e o resto está localizada em regiões de difícil acesso e longe dos centros consumidores.

Severo Gomes acredita que não devem ser desapropriadas terras com menos de cem hectares nas re-

giões Sul e Sudeste, menos de 200 na região Nordeste, e até 300 hectares no Centro-Oeste e menos de 500 hectares na região Norte. "A reforma agrária deve ser feita de modo a não perturbar o setor agrícola, que tem cumprido sua tarefa e poderia, a curto prazo, acabar com o fome, se houvesse uma política voltada para isso", afirmou o senador.

A tese de que a maioria não discute, vota, foi mais uma vez confirmada na sessão de ontem. O grupo que aprovou o texto sobre política agrária que consta no anteprojeto do relator Bernardo Cabral e que desagradou a classe trabalhadora rural, enviou poucos representantes.

O deputado Aldo Arantes do PC do B também defendeu tese progressista e arancou aplausos das galerias, defendendo penalidades na forma de impostos progressivos para os latifúndios improdutivos. O deputado comunista assegurou ainda que a maior parte da produção agrária do País está nas mãos dos pequenos e médios produtores e não dos latifundiários, que só se beneficiam com a maior concentração de renda.

Aldo Arantes contestou também a tese de alguns deputados de que a reforma deve começar pelas terras devolutas. afirmou que dos 114 milhões de hectares pertencentes a União, mais da metade foi entregue a latifundiários e o resto está localizada em regiões de difícil acesso e longe dos centros consumidores.

Segurança não teve problema

Com senhas escassas e cadeiras sobrando nas galerias, foi calma a noite de ontem no Congresso Nacional. A sessão extraordinária sobre a reforma agrária, para a segurança, foi um tranqüilo teste de um novo equipamento: a porta com detector de metais instalada no acesso às galerias pela Câmara. A escassez de senhas chegou a irritar alguns deputados. "Será que temem que esta massa ignara vá tomar o Congresso?", ironizava às 21h o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), apontando um grupo de 20 pessoas obrigado a se contentar com as imagens de um telão instalado no Salão Negro.

Havia pelo menos uns 400 lugares vagos nas galerias àquela hora. Nada menos de 240 assentos foram re-

servados à imprensa e autoridades — e só uns 10 por cento deles chegaram a ser utilizados. A situação irritava também ao deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), que ainda tentou liberar o acesso, já que visivelmente haveria sobra de assentos se todos os interessados entrassem.

Quem teve de se contentar com o telão dispôs desta alternativa graças à persistência da Plenária Pela Participação Popular na Constituinte. Vindos de São Paulo, representantes desta entidade conseguiram o telão, com o Inbra, através de Arruda Sampaio. Trouxeram a câmera de seu Estado e ainda tiveram de comprar 110 metros de fio e enfrentar problemas com a segurança do Senado.

Com o Contag obteve 177 das 428 senhas distribuídas. Os trabalhadores rurais for-

maram fila na rampa do Congresso e passaram pelas etapas da cuidadosa segurança. A assistência foi inicialmente identificada nas lideranças dos partidos, que distribuíram os cartões para ingresso. Deixaram bolsas e outros volumes na entrada do corredor de acesso e passaram pela porta com detector de metais. Quando a luz vermelha brilhava com intensidade, vinha a revista manual. Uma fonte da segurança informou que o equipamento está excessivamente sensível — e isto deverá ser corrigido em duas semanas. Hoje, a luz acendia ao detectar pequenas quantidades de metal; duas moedas de um cruzado e um detalhe em metal na fivela do cinto do repórter. Por exemplo, foram suficientes para acionar o sinal.

Sessão à tarde antecipa debate

Uma reforma agrária eficiente e moderna, que não se limite a distribuir terras ao agricultor, mas principalmente ofereça condições para seu assentamento, foi a proposta colocada na tarde de ontem, na sessão da Assembleia Nacional Constituinte, antecipando o debate que se estabeleceu sobre a matéria na sessão noturna. Com uma média de 20 parlamentares presentes, a sessão se dividiu entre denúncias, homenagens, declarações de emendas ao projeto de Constituição e defesa de várias questões. Foi assistida, até certo ponto, pelos senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ); contou com a presença e o pronunciamento do grupo de deputados que defende a redivisão territorial do Brasil e com as críticas à violência nas penitenciárias brasileiras, feitas da tribuna pela deputada Rita Camata (PMDB-ES).

Um pequeno atrito surgiu entre os líderes do PDT, Brandão Monteiro, e do PFL, José Lourenço, quando o constituinte pefelista resolveu responder às críticas de "usurpação do poder em benefício próprio", feitas pelo pedetista

contra o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Brandão declarou-se mais uma vez "desesperançado" e citou até Cicero para lembrar "que tempos e costumes que vivemos", antes de falar das concessões outorgadas pelo ministro à TV Bahia, para retransmissão em 86 cidades baianas. José Lourenço advertiu: "É bom não atirar pedras no telhado dos outros porque isto pode gerar uma quebradeira".

A questão da reforma agrária foi a mais abordada durante a sessão. O deputado Ademir Andrade (PMDB-PA) defendeu, baseado no programa do seu partido, a vinculação de recursos à implantação da reforma agrária. Ele acha que deve ficar estabelecido na nova Constituição que 5 por cento do orçamento da União sejam destinados a esta finalidade. Outra solução, segundo ele, que pode constar nas Disposições Transitórias da Carta, seria a destinação, por vinte anos, da totalidade da arrecadação do Imposto Sobre Operações Financeiras para a implantação da reforma agrária.

Também o deputado Dorretto Campanari (PMDB-

SP) defendeu a implantação da reforma agrária como a única alternativa para "matar a fome do povo, num país em que 40 milhões de brasileiros sofrem de fome crônica". Para o deputado Adroaldo Streck (PDT-RS), a reforma agrária "é a espinha dorsal deste corpo gigantesco e disforme que é o Brasil". Ele acha que "se conseguirmos resolver esta questão delicada com inteligência, certamente a metade dos nossos problemas sociais estarão solucionados".

Adroaldo Streck falou no horário destinado ao debate de temas constitucionais e defendeu, como instrumento viabilizador da reforma agrária, a aplicação de meios adequados para que o homem do campo "possa, por suas forças, desenvolver suas potencialidades". E a favor da extinção do Inbra e da criação de crédito fundiário para atender aos assentamentos. Da mesma opinião é o deputado Jonas Pinheiro (PFL-MT), que pediu uma reforma agrária moderna e eficiente que além da terra destine recursos para o agricultor se instrumentalizar no momento do assentamento.

Freire envia carta e tenta conciliar

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, enviou ontem aos constituintes uma carta propondo uma conciliação entre as posições do anteprojeto da Comissão de Sistematização e as defendidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Antes de encaminhar a carta, Marcos Freire mostrou-a ao ex-ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro e ao ex-presidente do Inbra, José Gomes da Silva. Ambos concordaram com a estratégia de Freire de procurar a conciliação.

A carta aos constituintes foi lida ontem no plenário pelo deputado Luiz Freire (PMDB/PE), filho do ministro. No documento, Freire fez um apelo aos parlamentares para que não estreitem os caminhos da reforma agrária, "consagrando, no futuro texto constitucional, dispositivos que representem retrocesso em relação aos avanços ocorridos no próprio regime autoritário".

Quatro itens foram destacados pelo ministro como "sugestões que atingem um ponto de meio-termo que reconciliam, no essencial, as correntes em choque". Ele sugere, dentro do espírito de "concessões recíprocas", que a caracterização da função social da propriedade continue

no âmbito da legislação ordinária. Como ponto prioritário para a agilização da reforma agrária, Freire defende a imissão automática da posse após a assinatura de decretos de desapropriação de terras. Na carta, o ministro afirma que a proposta do senador Severo Gomes (PMDB/SP) de vincular à imissão automática o direito do expropriado de levar a matéria à apreciação do judiciário, garantido-lhe a indenização imediata em dinheiro, é "conciliatória".

Marcos Freire diz também na carta que a Constituição deverá prever uma área mínima, abaixo da qual é vedada a desapropriação de imóveis rurais para efeito de reforma agrária. "É da experiência diária a constatação de que proprietários de pequena dimensão vivem, atualmente, numa situação de apreensão, imaginando-se alvo da possibilidade de desapropriação, quando, na verdade, a reforma agrária visa a multiplicação dos pequenos e médios proprietários".

O ITR (Imposto Territorial Rural) deverá ser mantido no âmbito da União, segundo a proposta do ministro. Atualmente o ITR é arrecadado pela União e integralmente repassado para os municípios. Freire não quer ver aprovada a proposta de passar a arrecadação do ITR para os estados.

Sistematização não vota os plebiscitos

Por falta de quorum, a Comissão de Sistematização não pôde votar ontem dois polêmicos projetos de resolução que propõem a realização de plebiscitos para deliberação da nova Constituição e para a fixação da duração do mandato do presidente José Sarney, além do sistema de governo. Os projetos só puderam ser discutidos, ficando o do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), sobre mandato, para ser votado em uma nova sessão convocada para hoje às 15 horas. O outro, do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) foi retirado da Ordem do Dia, a pedido do próprio autor, que quer mais cinco dias para que o projeto seja emendado e melhor negociado entre os partidos.

Com apreciação simbólica, a Comissão de Sistematização aprovou apenas o parecer prévio do relator Bernardo Cabral, favorável ao encaminhamento ao plenário da Constituinte, de mais nove propostas de emendas populares. Outras cinco emendas foram indeferidas por não contar o número exigido de assinaturas, mas foram subscritas por parlamentares, o que lhes garantiria a tramitação normal. Elas são sobre educação, direitos huma-

nos, serviço público, direitos do homem e da mulher e plantas medicinais e medicina alternativa.

DISCUSSÃO

A discussão dos dois projetos de resolução aconteceu num clima de tumulto, ocorrendo inclusive agressões verbais acirradas entre o deputado Brandão Monteiro — autor da proposta de plebiscito para fixar a duração do mandato presidencial — e o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE). A confusão começou quando Gibson, contrário ao projeto como o líder Carlos Sant'Anna, disse que tudo não passava de manobra de brizolistas, "para arrastar o processo constitucional".

— Eu recebo este insulto como uma brilhante aula de Direito Jurídico de uma pessoa que fugiu do PDS para lambear a bota de milicos — respondeu bastante irritado Brandão Monteiro, completando que Nilson Gibson sempre teve "vocações para dedo-duro".

As agressões só terminaram com a interferência do presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos, que apelou para que a discussão se ativesse aos temas constitucionais.



José Genoíno dá proteção a Brandão Monteiro

PODER & POLÍTICOS

A hora do homem

Confirmando a teoria evolucionista, que se caracteriza pelo avanço contínuo em vez de assaltos espasmódicos, houve, nos últimos dias, reação generalizada contra a impunidade. Pode-se observar o despertar de uma consciência moralista na sociedade, que se manifesta não apenas nas questões públicas como na repulsa à licenciosidade, corrupção e imoralidade são faces de uma moeda vil que circula pela degradação.

A sociedade tem, em sua essência, forças que a impulsionam e a conduzem para o desenvolvimento. Lógico que há a teoria construtivista, muito carlíana, e a inocência do bom selvagem, ironicamente voltareana, encampada, porém, por espíritos puros. O certo é que a história é cíclica e nem sempre se repete, como previu Marx, de forma cômica. Fosse assim, os primeiros macacos erectos teriam morrido de rir e nós nem existiríamos.

A reação que se observa contra a impunidade entre nós é das mais legítimas e provém do povo como um todo. Há, em todas as camadas, o sentimento de revolta contra a impunidade, o que a torna hoje, a meu ver, a principal questão nacional porque em torno dela gira a sociedade e a Nação.

O ministro do Interior, Joaquim Francisco, demissionário, é, talvez, a expressão desse renascimento moral. Sem alarde, mas com firmeza, determinou a punição e inquérito no Codebar, atingindo companheiros de partido. O levantamento sobre abusos de mordomia está, ainda, mantido em sigilo, enquanto os acusados se defendem, mas é impressionante. Um de seus últimos atos foi o encaminhamento à Polícia Federal de inquérito sobre irregularidades no Basa e a recomendação para que fossem investigados os fundos de financiamento.

Por que preferiu deixar de ser ministro de Estado? A resposta é que, em qualquer época, permanece a dignidade e a honestidade, que podem ficar ocultas porém jamais morrem. Ser ministro sem decidir, não poder sequer escolher seus auxiliares, curvar-se para entrar em carro de chapa verde-amarela ou fingir-se de morto para sobreviver não era sua opção. Foi pela respeitabilidade humana e pelo princípio da autoridade, que deixou as honras de ministro. Não às mordomias porque estas não as tinha.

Não é sua atitude, porém, fato isolado. Há outros nos últimos dias, que mostram o renascer moralista. O que, por exemplo, levou o ministro Luciano Brandão, do TCU, a reclamar o não cumprimento, no ano passado, de decretos sobre redução de custeio na administração direta e indireta? O que fez, sendo amigo pessoal do Presidente da República, frisar que não basta publicar decretos se não são cumpridos? Por que exigiu que o TCU representasse ao Presidente para punir os que não cumprem a lei?

A resposta é a mesma de Joaquim Francisco, que preferiu deixar de ser um ministro para tornar-se um entre 559 constituintes. O homem é sempre o homem e sua dignidade não tem limites.

JOÃO EMÍLIO FALCÃO